Fundação **Casa de Rui Barbosa**

www.casaruibarbosa.gov.br

Como avaliar uma política cultural e fracassar na tentativa: o caso do *Programa Identidad Entrerriana* (Argentina)

Juan Ignacio Brizuela*

Resumo: Este trabalho surge da tentativa de avaliar uma política cultural que visa ao desenvolvimento regional da província de Entre Ríos, na Argentina, chamada *Programa Identidad Entrerriana*. Pretende-se colocar todas as dificuldades que aparecem na avaliação de uma política cultural, seja pela escassez de estudos empíricos neste campo e sobre a avaliação do desenvolvimento cultural, como também pelos parcos dados culturais existentes na maioria das províncias da Argentina, com exceção da cidade de Buenos Aires. Ainda assim, procura-se deixar claro as razões do fracasso, explicando que passos seriam necessários para uma avaliação bem sucedida de uma determinada política cultural e, particularmente, de uma política pública para a área da cultura.

Palavras-chave: Avaliação de políticas culturais; Desenvolvimento regional; Políticas públicas para a área da cultura.

* Mestrando do Programa Multidisciplinar de pós-graduação em Cultura e Sociedade (IHAC / UFBA) e membro da rede de pesquisadores em formação sobre políticas culturais. (http://culturadigital.br/politicasculturaisemrede/). E-mail: juanbrizuelapna@gmail.com.

Avaliação de políticas culturais X avaliação de políticas públicas

O campo de estudos multidisciplinares sobre as políticas culturais na América Latina é relativamente recente; mas cresceu muito, em qualidade e quantidade, desde a década de 80. Ainda assim, é um espaço profundamente heterogêneo, onde não é fácil achar um mínimo de consenso sobre alguns conceitos e definições básicas. Se no plano geral, as diferenças de enfoques e entendimentos são importantes, no plano específico da avaliação resulta mais difícil ainda encontrar algum tipo de acordo sobre como proceder nestas análises.

Muitas das pesquisas avaliativas no campo das políticas culturais realizadas tanto no Brasil como na Argentina, trabalham com a bagagem teórica e metodológica da avaliação de políticas públicas. Esta escolha poderia aparecer como uma obviedade. Todavia, pensemos que não estamos falando somente de dois conceitos diferenciados, mas de dois campos (multi) disciplinares com estudos, metodologias e teorias diferentes; além de ter, cada um, uma história, uma trajetória, uma sedimentação no campo do conhecimento completamente distinto. Acontece que, muitas vezes, se reduz o conceito de políticas culturais às ações que o Estado realiza no campo da cultura, relacionando-as com o resto das políticas públicas estatais. Contudo, a definição clássica de políticas culturais elaborada por Néstor García Canclini no final dos anos 80 ainda é esclarecedora a este respeito:

> Entenderemos por políticas culturales el conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social (1987, p. 26).

Nesta definição, observamos que não é só o Estado que pode fazer políticas culturais, mas também diversas instituições civis que compõem a sociedade (desde ONG's até as empresas transnacionais), além dos grupos comunitários organizados – pensando, seguramente, nos mais variados movimentos sociais e de populações originárias que existem na América Latina. Ademais, os programas e ações estabelecidos em uma

política cultural procuram, segundo o autor, satisfazer as necessidades culturais da população[1]. Finalmente, estas políticas são aplicadas para obter um determinado consenso, seja para manter uma ordem ou cânone preestabelecido, ou para construir vias alternativas que permitiriam uma transformação desse *status quo*.

Sendo assim, a avaliação de políticas públicas seria muito limitada para avaliar as políticas culturais. Se existe um campo de estudos específico sobre as políticas públicas e uma trajetória de pesquisas avaliativas sobre as mesmas, por que não pensar em uma série de instrumentos e ferramentas metodológicas de avaliação elaboradas para estudar e avaliar a singularidade das políticas culturais? Por exemplo, Albino Rubim (2007) pretende esboçar um modelo analítico que circunscreva rigorosamente o espaço de pertença e abrangência do campo das políticas culturais. O decálogo elaborado pelo pesquisador baiano compreende:

1. Definição e determinação da noção de política acionada pela própria política cultural.
2. Definição e abrangência da noção de cultura inscrita nas políticas culturais.
3. Análise do conjunto de formulações e ações desenvolvidas ou a serem implantadas pela política cultural (planos, projetos, programas, etc.).
4. Estudo dos objetivos e metas das políticas, procurando explicitar as concepções de mundo que orientam as ações e programas culturais.
5. Delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais.
6. Determinação dos públicos visados e das modalidades de fruição e de consumo ativados pelas políticas culturais.

[1] Podemos questionar até que ponto Canclini está descrevendo uma realidade empírica sobre as políticas culturais na América Latina, ou se está propondo, na verdade, um horizonte de possibilidades de como essas políticas deveriam ser elaboradas, partindo das demandas concretas da população e não do gosto arbitrário ou elitista do governo. Ainda mais, como podemos conhecer realmente essas necessidades culturais? Isso requer uma série de pesquisas sobre representações, consumo e práticas culturais da sociedade, o que raramente acontece ainda hoje, muito menos no final dos anos oitenta.

7. Estudo e análise dos instrumentos, meios e recursos acionados pelas políticas culturais, sejam eles humanos, legais, materiais (instalações, equipamentos, etc.), financeiros, entre outros[2].
8. Investigação dos diversos momentos ligados ao sistema cultural: I. Criação, invenção e inovação; II. Difusão, divulgação e transmissão; III. Circulação, intercâmbios, trocas e cooperação; IV. Análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; V. Fruição, consumo e públicos; VI. Conservação e preservação; VII. Organização, legislação, gestão e produção da cultura.
9. Pesquisa sobre as transversalidades e interfaces da cultura, pretendidas e acionadas pelas políticas.
10. Análise das articulações, compatibilidade e consistência dos componentes expostos anteriormente, que dão consistência ao grau de sistematicidade existente nas políticas culturais.

Na explicação de alguns desses itens, Rubim expõe suas considerações sobre as relações entre políticas culturais e políticas públicas. O autor entende a estas últimas de uma forma completamente diferente das definições tradicionais da administração pública ou dos estudos jurídicos[3]:

> Somente políticas submetidas ao debate e crivo públicos podem ser consideradas substantivamente políticas públicas de cultura. Tal negociação, entretanto, é sempre bom lembrar, acontece entre atores que detêm poderes desiguais e encontram-se instalados de modo diferenciado no campo de forças que é a sociedade capitalista contemporânea (RUBIM, 2007, p 151-152).

[2] Nestes dispositivos se inclui: a) orçamentos e formas de financiamento da cultura previstos e realizados; b) pessoal envolvido tanto na formulação, gestão e produção da cultura como nas modalidades de capacitação desse pessoal em funcionamento ou previstas; c) espaços, geográficos e eletrônicos, e equipamentos existentes, sua localização, funcionamento, suas condições, etc. e; d) meios legais e legislações disponíveis e a serem criados para organizar e estimular a cultura (RUBIM, 2007).

[3] A forma mais tradicional de compreender as políticas públicas é de que estas são instrumentos de realização de direitos – principalmente, constitucionais – realizadas pelo Estado (BARBOSA; ARAUJO, 2010).

Neste sentido, Rubim explica que não só as políticas culturais, mas também as políticas públicas de cultura podem ser desenvolvidas por distintos atores além do Estado, sempre e quando estas políticas estejam submetidas obrigatoriamente a algum controle social, como debates e crivos públicos. Ainda mais, quando analisa os atores das políticas culturais, o pesquisador explica que não é possível, na atualidade, tomar as políticas públicas como idênticas ou redutíveis às políticas estatais. Segundo ele, o Estado não é um único ator monolítico; existem governos supranacionais e infranacionais e "as políticas públicas de cultura são o resultado da complexa interação entre agências estatais e não estatais" (RUBIM, 2007, p. 150). Precisamente dessa complexidade vamos nos debruçar no próximo item, quando apresentemos a política cultural implementada na província de Entre Ríos, na Argentina, e analisemos seus principais atores.

O *Programa Identidad Entrerriana*: a trama e seus atores

Para aproveitar melhor o espaço disponível neste breve texto, vamos apresentar o programa a ser avaliado e, ao mesmo tempo, tentaremos analisá-lo a partir do decálogo proposto por Rubim.

O *Programa Identidad Entrerriana* (PIE) surge, segundo o blog oficial desta iniciativa, a partir de um convênio celebrado entre o Governo de Entre Ríos e o *Consejo Federal de Inversiones* (CFI – Conselho Federal de Investimentos) em novembro de 2005. Esta intervenção estatal se propõe apoiar empreendimentos comunitários produzidos e / ou destinados aos setores mais vulneráveis da sociedade a partir dos seguintes princípios:

- considerar a la cultura como elemento de inclusión social y construcción de ciudadanía.
- promover el desarrollo de la creatividad de los entrerrianos.
- promover el respeto y la defensa permanente de los derechos humanos y la preservación del medio ambiente, por una provincia sustentable.
- promover y ejercitar la no discriminación respecto a orígenes, sector social, ideas políticas y religiosas (PIE, 2011).

Desde 2005 até 2009, o programa teve quatro convocatórias (etapas) onde se aprovaram apoios financeiros para 170 projetos. O monto máximo a ser financiado era de 10 000 pesos argentinos[4], e a duração máxima dos projetos era de seis meses não renováveis. Nas duas primeiras etapas, os projetos foram escolhidos sem nenhum tipo de convocatória aberta, ficando à discrição dos coordenadores do PIE. A partir da terceira etapa, foi criado um comitê de seleção dos projetos – integrado, ainda assim, por membros governamentais provinciais e do CFI – que selecionaram os projetos através de um edital específico com diversas categorias:

- Cultura, Identidad e Integración
- Cultura, Identidad y Capacitación
- Cultura, Identidad y Medio Ambiente
- Cultura, Identidad y Turismo
- Cultura, Identidad e Historia
- Cultura, Identidad y Trabajo (PIE, 2011).

A natureza dos projetos aprovados é muito diversa, abarcando publicações de livros e CD's interativos, oficinas e conferências artísticas, capacitações produtivas de ofícios e artesanato, atividades itinerantes de divulgação e exposições, pesquisas culturais e projetos de preservação do patrimônio (material e imaterial), documentários e ficções audiovisuais, entre outros.

Em relação aos gestores desta política cultural encontramos a subsecretaria de cultura da província de Entre Ríos, o CFI e a coordenação executiva do PIE a nível provincial e nacional, que atua como uma ponte entre o governo de Entre Ríos e o CFI. Todos são atores públicos; mais especificamente, são órgãos estatais. E aqui podemos observar a questão apontada por Rubim (2007) em relação à complexidade do Estado, e como não é possível pensar que sua atuação é homogênea e monolítica.

[4] Aproximadamente 2 500 dólares estadunidenses.

O CFI é um órgão público federal interprovincial, criado em 1959, que não depende do governo nacional, mas das províncias argentinas[5]. Tem dois eixos que sustentam suas ações: federalismo e desenvolvimento regional. Não é um dado menor que o conselho reconheça uma mudança forte nas teorias de desenvolvimento desde a volta da democracia na Argentina, em 1983, e procure novas alternativas para atingir este objetivo. O organismo participa desde o começo do PIE com apoio técnico e econômico em uma área que eles não tinham trabalhado até então: os programas culturais.

O CFI atua como financiador do programa, estabelecendo convênios com o governo de Entre Ríos que são renovados, de forma não automática, a cada edição do PIE. Além disso, o CFI escolhe, com o consentimento do governo da província, um coordenador nacional (que trabalha na sede principal do organismo situado na Cidade Autônoma de Buenos Aires) e um coordenador provincial do programa (que realiza suas atividades na sede do CFI na província).

A subsecretaria de cultura de Entre Ríos participa no comitê de seleção dos programas, em conjunto com os coordenadores nacionais e provinciais do PIE. Ainda assim, o papel da direção de cultura provincial é bastante reduzido, se pensamos que os fundos são exclusivos do CFI – não exige nenhuma contraparte da província[6] – e a gestão, execução e acompanhamento dos projetos são realizados pela coordenação nacional e provincial do PIE que dependem do CFI, não da subsecretaria provincial. O questionamento aqui é mais profundo, e tem a ver com a incapacidade da gestão cultural estatal da província para executar políticas culturais no sentido dos instrumentos, meios e recursos humanos, legais, materiais (instalações, equipamentos, etc.), financeiros, entre outros, que coloca Rubim (2007) na sua análise; como veremos mais adiante.

[5] A condução do CFI é exercida pela Assembléia, constituída pelos governadores das vinte e três províncias da argentina mais o chefe de governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

[6] Nenhuma contraparte direta, digamos, porque o CFI exerce suas funções a partir de um aporte proporcional de todas as províncias do país mais a capital federal.

Objetivos, intervenções e noção da cultura do PIE

Por meio dos documentos oficiais do programa, tentaremos compreender melhor tanto as metas e fins do PIE como também o conjunto de intervenções realizadas ou a serem implantadas para atingir esses objetivos. Veremos, em seguida, que esta simples análise já se traduz em outras dificuldades que tivemos para avaliar tal política cultural.

Durante a primeira etapa do programa – que começou no final dos anos 90 –, os coordenadores e gestores desta iniciativa não se preocuparam muito com a fundamentação "teórica" do programa, inclusive de forma proposital. Conforme afirmou a professora Graciela Rotman (1999) – primeira coordenadora do PIE –, não se procurava fazer uma pesquisa acadêmica ou um estudo científico rigoroso, mas uma revalorização das experiências a partir de uma metodologia de pesquisa-ação que permitisse refletir o desenvolvimento de práticas culturais desde um critério amplo. Poderíamos acreditar, talvez, nesta sensibilidade do Estado provincial para apoiar uma experiência piloto exploratória nas políticas culturais que não tinha nem uma fundamentação sólida, nem uma planificação concreta. No entanto, é muito mais factível pensar que, como acontece com vários projetos culturais quando iniciam, o PIE não começou sendo uma política cultural minimante organizada e sistematizada, e sim a partir de uma série de ações isoladas e desconectadas que não tiveram continuidade no tempo[7].

Na segunda etapa do programa, que se iniciou em 2005, encontramos nos documentos oficiais definições mais elaboradas que colocam como objetivo principal do programa a promoção do desenvolvimento local e regional através do apoio a iniciativas culturais

[7] A primeira etapa se implementou desde 1997 até 2000, sob a administração peronista do Dr. Jorge Busti (do *Partido Justicialista*), quem voltaria ao governo em 2003. O período que o programa não funcionou foi por causa de que o governador Sergio Montiel (eleito pela *Unión Cívica Radical*) não quis continuar com uma política do partido opositor. Além disso, foi o período em que aconteceu a grande crise econômica, política, social y cultural de 2001.

que re-valorizem a identidade, a participação cidadã, o resgate e a produção de ofícios tradicionais, a transmissão dos saberes e a possibilidade de gerar, mediante as técnicas apreendidas, uma saída laboral (ROTMAN, 2007). Neste sentido, a teoria que fundamentaria os objetivos e ações do programa aparece mais claramente: a cultura, na sua dimensão antropológica, pode contribuir para promover o desenvolvimento regional[8]. A influência dos documentos e programas que a UNESCO tem produzido desde os anos 80 pareceria evidente. No entanto, a referência a este órgão da ONU não aparece em nenhum documento oficial, tanto do governo provincial como dos parceiros estatais, como tampouco em nenhum dos depoimentos realizados pelos coordenadores do programa[9].

O músico e produtor cultural Alfredo Ibarrolla – coordenador provincial do programa na primeira e na segunda etapa – explica que o PIE trabalha com uma noção ampla de identidade que inclui tradições, costumes, história e cultura; sendo um conceito dinâmico, em permanente construção e enriquecimento. Segundo ele, as atividades culturais podem significar não só um passatempo, um espaço criativo ou terapêutico, mas brindar o sustento necessário para viver em sociedade. As atividades neste campo podem, então, gerar renda e emprego (IBARROLA, 2006). Quando começou a segunda etapa, isto aparece de forma clara nos objetivos específicos do programa:

> - Favorecer el desarrollo y la continuidad de ideas que surgen de la base social, imposibilitadas de lograr sus objetivos, **por cuestiones económicas y/o técnicas**.
> - Propiciar y alentar aquellas ideas que por zona de origen, presentan mayores dificultades para su realización.
> - **Incorporar al concepto de cultura, el de una actividad productiva más, para contribuir a revalorizar el concepto incorporándolo a las actividades económicas consideradas tradicionales**.

[8] As dimensões da cultura foram propostas pelo sociólogo chileno José Joaquín Brunner (1993 apud BOTELHO, 2001), mais tarde sistematizadas e retrabalhadas pela pesquisadora Isaura Botelho.

[9] Entrevistas pessoal concedida em fevereiro de 2010.

> - Fortalecer el proceso de construcción de relaciones con el medio social, político y económico en el que interactúan los distintos actores del programa (IBARROLA, 2006, p. 3 – grifos nossos).

Estas definições do coordenador provincial do PIE são, pelo menos, contraditórias. Quando define como área de intervenção do programa a identidade, as tradições, costumes e ofícios da população, estaria trabalhando, aparentemente, com a noção antropológica da cultura. Ainda mais, Ibarrolla entende que a identidade cultural não é fechada, mas está em permanente construção e enriquecimento. Porém, reduz a noção de desenvolvimento regional cultural a gerar "uma saída laboral", que não seria um simples passatempo ou espaço terapêutico, mas uma possibilidade concreta de gerar renda e emprego. Quer dizer, é uma concepção do mundo reducionista e economicista da cultura, também explícita nos objetivos específicos do programa quando se procura fazer da cultura uma atividade produtiva mais, incorporando-a a outras atividades econômicas tradicionais.

No entanto, na definição dos critérios de seleção dos projetos culturais a serem apoiados, o PIE reconhece que as atividades culturais não se reduzem à dimensão econômica. Mesmo que o organismo financiador possa privilegiar uma perspectiva economicista da cultura, os coordenadores desta política também reconhecem que a natureza dos projetos culturais é diferente dos projetos empresariais com os quais o CFI trabalha (ROTMAN, 2006). Esta diferenciação se traduz, por exemplo, quando o programa apóia empreendimentos comunitários se suas ações estão orientadas a:

> - Fortalecer el trabajo asociativo, crear, reconstruir y/o mantener espacios participativos.
> - Facilitar el acceso y/o fomentar el consumo y producción de los distintos bienes culturales.
> - Fortalecer la capacitación y adquisición de nuevos recursos y conocimientos por parte de agentes multiplicadores locales.
> - Preservar, restaurar, fomentar y/o difundir el patrimonio cultural.
> - Apoyar emprendimientos productivos culturales que provengan de la actividad asociativa de una comunidad, que tenga como objetivo fortalecer la identidad regional y cuya

> inclusión en el mercado no esté garantizada por el circuito habitual de intercambio comercial de bienes.
> - Alentar el pleno ejercicio de la libertad de expresión y superar la desigualdad informativa a través de la producción y difusión de información referida a temas y actores sociales que tiene escaso tratamiento público, o sobre los cuales se propone una perspectiva diversa o que se difunde en sectores marginados de los circuitos convencionales (CFI, 2011).

Nestes critérios existem, claro, vários que priorizam uma maior "mercantilização" da cultura. Mas também aparecem critérios que tem a ver com a participação, com a capacitação e a formação de agentes multiplicadores, com ações sobre o patrimônio cultural e com a redução das desigualdades de acesso a informação. Pelo menos no discurso, existe uma intenção de fortalecer um sistema regional de cultura.

Dados e indicadores culturais da província de Entre Ríos

O governo da província de Entre Ríos tem apenas três ministérios[10]: a) de Saúde e Ação Social; b) de Economia, Fazenda e Finanças, e; c) de Governo, Justiça, Educação, Obras e Serviços Públicos. Dentro deste último, encontramos a subsecretaria de direitos humanos, a de turismo e a de cultura.

Dependem da subsecretaria de cultura os museus provinciais, o arquivo histórico, a biblioteca provincial, a orquestra sinfônica, a editorial de Entre Ríos, os espaços públicos culturais denominados Casa da Cultura e Centro Cultural *"La Vieja Usina"* e finalmente o Instituto Audiovisual de Entre Ríos, criado no ano 2003 e pioneiro em relação a outras províncias.

Em relação à avaliação dos instrumentos, meios e recursos culturais que existem na província de Entre Ríos, nos debruçamos, novamente, com várias dificuldades. Em primeiro lugar, limitações dos próprios pesquisadores: esta investigação surge como projeto de mestrado a ser defendido em Brasil, mas terminamos sendo incapazes de abranger com detalhe e rigorosidade cada uma destas importantes dimensões. O fato

[10] Equivalentes a Secretarias de Estado no Brasil.

de pesquisar em outro país de forma isolada, completamente afastado do contexto onde está sendo desenvolvido o PIE, dificulta ainda mais a situação. A recomendação para futuros pesquisadores é a seguinte: não encarar uma pesquisa avaliativa se não se dispõe de uma equipe de trabalho com um mínimo de recursos humanos e financeiros para pesquisar no local.

Em segundo lugar, limitações de dados e indicadores culturais do território onde este programa se aplica. Não existe, por exemplo, nenhuma sistematização sobre a legislação cultural na província, e por escassez de tempo e recurso tampouco podemos realizá-la nesta pesquisa. As parcas informações culturais que existem em Entre Ríos provêem do Sistema de Indicares Culturais da Argentina (SinCA)[11], uma interessante iniciativa da Secretaria de Cultura da Nação em parceria com o *Instituto Nacional de Estadísticas y Censo da República Argentina* (INDEC)[12] para a criação de dados culturais. O problema é que esses dados se limitam a descrever o orçamento para a área da cultura e a estrutura institucional cultural da província. Não existem dados culturais dos municípios, como tampouco indicadores de desenvolvimento cultural que estabeleçam um “marco zero” a partir do qual é factível compreender os efeitos de uma determinada intervenção. Estes dados são importantes se se pretende analisar as repercussões de uma determinada política, como também seu impacto no desenvolvimento regional, como aparece nos objetivos desta iniciativa.

A partir do decálogo proposto por Rubim, tínhamos bastante trabalho para tentar conseguir todos os dados necessários que permitiriam abarcar todos os itens propostos pelo pesquisador. No decorrer da pesquisa chegamos rapidamente à conclusão que não conseguiríamos “preencher” todos os aspectos que abrange uma política cultural.

Não conforme com isso, tentamos trabalhar com uma ferramenta clássica dos estudos qualitativos, as entrevistas em profundidade, para compreender melhor as noções e

[11] Sítio web: http://sinca.cultura.gov.ar/

[12] Sítio web: http://www.indec.mecon.ar/

representações que os beneficiários do PIE tinham sobre diversos aspectos do programa. Ao invés de colocar o foco somente nos formuladores da política cultural, a ideia foi pesquisar, também, as noções e representações que o público alvo deste programa, particularmente os beneficiários dos projetos culturais, tinha sobre o mesmo.

Estudos de recepção das políticas culturais

Os estudos de recepção das políticas culturais são ainda escassos no Brasil, como salienta Botelho (2001), e também na Argentina. Algumas indústrias culturais têm maiores dados, como no caso do cinema, a rádio ou a televisão. No entanto, esses dados provêm principalmente de estudos de mercado e não são elaborados pensando na repercussão ou diagnóstico do campo onde atuam as políticas culturais[13].

Adiantamos que uma avaliação que trabalhe exclusivamente com entrevistas é claramente insuficiente tanto para estudar os efeitos do programa, como para diagnosticar a situação cultural do lugar. No entanto, realizamos esta prova piloto com o intuito de testar os aportes desta ferramenta de pesquisa em relação aos escassos dados culturais disponíveis na província.

Realizou-se uma pesquisa exploratória a partir de uma amostra extremadamente aleatória e não representativa. Porque fizemos isto? Como falamos anteriormente, nas quatro convocatórias realizadas pelo programa foram aprovados mais de 170 projetos. Se a ideia era fazer entrevistas em profundidade, tínhamos que tomar uma amostra. Como fazer que essa amostra fosse representativa? A província de Entre Ríos tem 266 localidades, dos quais 73 são municípios e está divida em 17 departamentos. Era difícil estabelecer critérios para definir uma divisão por localidades, porque existiam vários projetos que eram propostos desde uma cidade, mas que sua implementação se realizava em várias outras. Também pensamos em fazer uma divisão por etapas;

[13] Uma interessante exceção à regra pode ser achada nos cadernos de indicares culturais da *Universidad Nacional de Tres de Febrero* (UNTREF), na Argentina, que se publicam todos os anos, sistematicamente, desde 2000.

contudo, muitos departamentos não foram contemplados em cada etapa, e dificultava a opção pela abrangência do território.

Outra possibilidade era aproveitar a divisão de projetos comunitários proposta pelo próprio programa para as primeiras duas etapas: projetos itinerantes; projetos de publicações de livros, revistas e edições digitais; projetos artesanais produtivos; projetos de pesquisa e resgate da memória popular e; projetos multimídia. O problema é que na terceira etapa de convocatórias, mudaram as categorias onde os proponentes podiam se inserir, como colocamos na apresentação do PIE: cultura, identidade e integração; e capacitação; e meio ambiente; e turismo; e historia e; e trabalho.

Ademais de todas estas questões, outro fator a ter em conta eram os recursos disponíveis para fazer o estudo de campo. Limitações de recursos humanos (só um pesquisador), de recursos materiais (a pesquisa não teve nenhum apoio financeiro, e o pesquisador tampouco é bolsista) e de tempo (dois meses para fazer as entrevistas). E se, no caso hipotético que se fizesse essa amostra tão cuidadosamente escolhida, não se encontravam as pessoas dessa categoria, ou dessa etapa, ou com os requisitos estabelecidos anteriormente? Quão importante era para a pesquisa esta taxativa divisão de entrevistados possíveis? Tinha que fazer-se um recorte, uma amostra, mas com que critérios?

Finalmente, decidimos fazer o que for possível, para falar com claridade. Tratando-se de uma pesquisa exploratória, não sabíamos exatamente como chegar às representações dos beneficiários. Neste sentido, fizemos um questionário tentativo e realizamos o estudo de campo, para tirar algumas conclusões provisórias e, principalmente, testar as ferramentas metodológicas propostas empiricamente. Para finalizar este artigo, colocaremos alguns dos depoimentos dos beneficiários do programa.

Representações dos beneficiários do PIE

Os depoimentos que colocaremos a continuação foram respostas à pergunta: qual foi o impacto do PIE? Neste sentido, podemos questionar a própria formulação da pergunta. Quer dizer, uma das regras básicas no campo das pesquisas sociais é não perguntar diretamente aquilo que se quer pesquisar. No entanto, como estamos trabalhando com representações, consideramos pertinente perguntar diretamente sobre o impacto para que cada um dos beneficiários possa explicar o que cada um entende pelo "impacto" do PIE:

> Beneficiário 01 (homem, 40 anos aprox., terceiro grau completo)
> *- Se han podido hacer cosas como ésta que hemos hecho nosotros […] que de otra manera, ¡nunca hubiésemos podido conocer, siquiera! […] Habría cosas que quedarían en el olvido o se conocerían nada más que muy localmente. Ha generado un movimiento importante; de cultura y ¡de desarrollo cultural!*

> Beneficiário 04 (mulher, 30 anos aprox., terceiro grau completo).
> *- Creo que abren la cabeza a más de uno para poder animarse también a participar. […] ¡Vos pensá que antes estas personas no tenían dinero para hacerlo! Y ahora es como que tenés y hacés lo que te gusta. ¡Se tiene que notar!*

Podemos ver, nas falas dos participantes, que o impacto do PIE tem a ver com a possibilidade de conhecer e aceder a distintos projetos culturais que, se não fosse pela ajuda do programa, não poderiam ser conhecidos. As repercussões da iniciativa avaliada também têm a ver com as exposições dos projetos e as relações interpessoais que podem estabelecer-se, como observamos nos seguintes depoimentos:

> Beneficiário 04
> *- Se montaron carpas y se presentaron cada proyecto de todos los que había en la segunda etapa […] fueron tres días de exposición intensa, donde participaron todos los programas; tenían que mostrar ahí sus resultados.*

> Beneficiário 09 (mulher, 50 anos aprox., terceiro grau completo)
> *- No me imaginé que me iban a llevar a una muestra así. Pensé que era mostrarlos entre ellos, entre las autoridades. […] Entonces, nuestro stand era una cosa re grande para las cositas que teníamos ahí, ¡horrible! [risas].*
> *- Me quedé enganchada con una de las chicas que vino a hacer un curso acá sobre la chala de maíz. Muy bueno, seguimos chateando con ella. También me llamó alguien de Colón que no era el de las palmas, no me acuerdo el nombre, quería saber cómo podíamos seguir avanzando y relacionándonos.*

Outras vezes, acontece que o impacto se percebe como importante em outros lugares da província, mas não no lugar onde se trabalha localmente. Também acontece que os efeitos chegam a ser tão sutis e silenciosos que, às vezes, parece que o programa estivesse "oculto":

> Beneficiário 09
> *- Conozco personas del ambiente que han trabajado. Pasa que acá en la ciudad de Tala ¡no pasa nada!*
>
> Beneficiário 06
> *- Y yo, la verdad, no me enteré mucho. […] Es como un impacto… no sé, ¡como si estuviese oculto! [risas].*
>
> Beneficiário 18 (homem, 30 anos aprox., terceiro grau incompleto)
> *- […] así por los medios… bueno, mucha radio no escuchamos, mucha tele no tenemos. Pero… No, no. Por ejemplo, en el mail se ve que es fuerte lo que hacen, que es bueno. Pero no repercute mucho, ¡acá, por lo menos!*

A mídia e a tecnologia permitiriam uma maior difusão do programa. Porém, quando a única repercussão que os participantes têm do PIE é através do e-mail institucional, se começa a duvidar desta abrangência e da possibilidade de que este programa seja mais (re) conhecido:

> Beneficiário 11 (homem, 50 anos aprox., terceiro grau completo)
> *- Mirá, yo al programa no lo veo presente en la opinión pública. Pero creo que es mala selección, te lo digo sinceramente. […] Pero es porque no hay seguimiento, que ocurre*

> *eso. […]No se percibe. Es tan heterogéneo, creo que voluntario, ¡quieren hacerlo heterogéneo! […] Lo que sí veo – y eso es constante – que me llegan sistemáticamente todas las novedades del programa.*
>
> Beneficiário 19 (homem, 50 anos aprox., terceiro grau completo)
> *- Creo que le falta más propaganda. Propaganda en este sentido, de que, la gente pueda valorar el esfuerzo, viste, porque ¡nunca tuvimos oportunidad en los pueblos! ¡Nunca tuvimos oportunidad! […] me parece que, faltaría, que la gente conozca mas, este, esta labor de que, ¡tan buena!*
>
> Beneficiário 22 (homem, 20 anos aprox., segundo grau completo)
> *- Le faltaría más difusión. Digamos, capaz viste más en la capital, en los proyectos que se presentaron. Le faltaría un poquito más de difusión. Para mí. Algo que más la gente se entere, o… Finalización del proyecto acá en la casa de la cultura; como finalización, hacer una exposición ahí en la casa de la cultura. Faltó eso acá, ¡de parte mía, también!*

Enfim, estes depoimentos são muito enriquecedores, mais ainda resultam insuficientes para avaliar com rigorosidade o *Programa Identidad Entrerriana* e seu impacto no desenvolvimento regional.

Conclusões parciais

A tentativa de avaliar esta iniciativa cultural estatal que visa o desenvolvimento regional da província de Entre Rios, a partir de uma série de instrumentos teóricos e metodológicos pensados especificamente para uma política cultural, não temos duvida, fracassou. Longe de ser uma solução simplista, acreditamos que o aporte para construir uma bagagem mais sólida para avaliar as políticas culturais tanto no Brasil como na Argentina deve aproveitar tanto as experiências mais bem sucedidas como aquelas que não atingiram seus objetivos de pesquisa, como o nosso caso. Fizemos uma descrição completa sobre cada um dos passos dados, com sua fundamentação, para facilitar o caminho de novas pesquisas avaliativas de políticas culturais na região.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Frederico; ARAÚJO, Herton Ellery. *Cultura Viva*: avaliação do programa arte, educação e cidadania. Brasília: IPEA, 2010.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *Revista São Paulo em perspectiva*, São Paulo, Abr.-Jun., 2001, vol. 15, n. 2, p. 73-83. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v15n02/v15n02_10.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2011.

CANCLINI, Néstor García. *Políticas Culturales en América Latina*. México: Ed. Grijalbo, 1987.

CONSEJO FEDERAL DE INVERSIONES. *Programa Identidad,* Cuarta etapa del Programa Identidad Entrerriana. Disponível em: <http://www.cfired.org.ar/Default.aspx?nId=7521>. Acesso em: 03 de junho de 2011.

IBARROLA, Alfredo. Informe Final del Programa Identidad Entrerriana. [Buenos Aires: CFI, 2006].

PROGRAMA IDENTIDAD ENTRERRIANA, Programa Identidad Entrerriana. Disponível em: <http://identidadentrerriana.blogspot.com/p/programa-identidad-entrerriana.html>. Acesso em: 03 de junho de 2011.

ROTMAN, Graciela. Programa Identidad Provincial en Entre Ríos. In: SEMANA DE LA IDENTIDAD. Paraná: CFI, 1999.

_____. *Informe parcial del Programa Identidad Entrerriana*. [Buenos Aires: CFI, 2006].

_____. *Informe final del Programa Identidad Entrerriana*. [Buenos Aires: CFI, 2007].

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. *Teorias e políticas da cultura*: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007.